

O Velho Senado<sup>1</sup>

Machado de ASSIS

A propósito de algumas litografias de Sisson<sup>2</sup>, tive há dias uma visão do Senado de 1860. Visões valem o mesmo que a retina em que se operam. Um político, tornando a ver aquele corpo, acharia nele a mesma alma dos seus correligionários extintos, e um historiador colheria elementos para a história. Um simples curioso não descobre mais que o pitoresco do tempo e a expressão das linhas com aquele tom geral que dão as coisas mortas e enterradas.

Nesse ano entrara eu para a imprensa. Uma noite, como saíssemos do teatro Ginásio, Quintino Bocaiúva<sup>3</sup> e eu fomos tomar chá. Bocaiúva era então uma gentil figura de rapaz, delgado, tez macia, fino bigode e olhos serenos. Já então tinha os gestos lentos de hoje, e um pouco daquele ar *distant* que Taine<sup>4</sup> achou em Merimée<sup>5</sup>. Disseram coisa análoga de Challemel-Lacour<sup>6</sup>, que alguém ultimamente definia como *très républicain de conviction et très aristocrate de tempérament*. O nosso Bocaiúva era só a segunda parte, mas já então liberal bastante para dar um republicano convicto. Ao chá, conversamos primeiramente de letras, e pouco depois de política, matéria introduzida por ele, o que me espantou bastante; não era usual nas nossas práticas. Nem é exato dizer que conversamos de política; eu antes respondia às perguntas que Bocaiúva me ia fazendo, como se quisesse conhecer as minhas opiniões. Provavelmente não as teria fixas nem determinadas; mas, quaisquer que fossem, creio que as exprimi na proporção e com a precisão apenas adequadas ao que ele me ia oferecer. De fato, separamo-nos com prazo dado para o dia seguinte, na loja de Paula Brito<sup>7</sup>, que era na antiga praça da Constituição, lado do teatro São Pedro, a meio caminho das ruas do Cano e dos Ciganos. Relevai esta nomenclatura morta; é vício de memória velha. Na manhã seguinte, achei ali Bocaiúva escrevendo um bilhete. Tratava-se do *Diário do Rio de Janeiro*, que ia reaparecer, sob a direção política de Saldanha Marinho<sup>8</sup>. Vinha dar-me um lugar na redação com ele e Henrique César Muzzio<sup>9</sup>.

Estas minudências, agradáveis de escrever, sê-lo-ão menos de ler. É difícil fugir a elas, quando se recordam coisas idas. Assim, dizendo que no mesmo ano, abertas as câmaras, fui para o Senado, como redator do *Diário do Rio*, não posso esquecer que nesse ou no outro ali estiveram comigo Bernardo Guimarães<sup>10</sup>, representante do *Jornal do Comércio*, e Pedro Luís<sup>11</sup>, por parte do *Correio Mercantil*, nem as boas horas que vivemos os três. Posto que Bernardo Guimarães fosse mais velho que nós, partíamos igualmente o pão da intimidade. Descíamos juntos aquela praça da Aclamação, que não era então o

parque de hoje, mas um vasto campo inculto e vazio como o campo de S. Cristóvão. Algumas vezes íamos jantar a um *restaurant* da rua dos Latoeiros, hoje Gonçalves Dias, nome este que se lhe deu por indicação justamente do *Diário do Rio*; o poeta morara ali outrora, e foi Muzzio, seu amigo, quem pela nossa folha o pediu à Câmara Municipal. Pedro Luís não tinha só a paixão que pôs nos belos versos à Polônia e no discurso com que, pouco depois, entrou na Câmara dos Deputados, mas ainda a graça, o sarcasmo, a observação fina e aquele largo riso em que os seus grandes olhos se faziam maiores. Bernardo Guimarães não falava nem ria tanto, incumbia-se de pontuar o diálogo com um bom dito, um reparo, uma anedota. O Senado não se prestava menos que o resto do mundo à conversação dos três amigos.

Poucos membros restarão da velha casa. Paranaguá<sup>12</sup> e Sinimbu<sup>13</sup> carregam o peso dos anos com muita facilidade e graça, o que ainda mais admira em Sinimbu, que suponho mais idoso. Ouvi falar a este bastantes vezes; não apaixonava o debate, mas era simples, claro, interessante, e, fisicamente, não perdia a linha. Esta geração conhece a firmeza daquele homem político, que mais tarde foi presidente do conselho e teve de lutar com oposições grandes. Um incidente dos últimos anos mostrará bem a natureza dele. Saindo da Câmara dos Deputados para a secretaria da Agricultura, com o Visconde de Ouro Preto<sup>14</sup>, colega de gabinete, eram seguidos por enorme multidão de gente em assuada. O carro parou em frente à secretaria; os dois apearam-se e pararam alguns instantes, voltados para a multidão, que continuava a bradar e apupar, e então vi bem a diferença dos dois temperamentos. Ouro Preto fitava-a com a cabeça erguida e certo gesto de repto; Sinimbu parecia mostrar ao colega apenas um trecho de muro, indiferente. Tal era o homem que conheci no Senado.

Para avaliar bem a minha impressão diante daquelas figuras que eu via ali juntas, todos os dias, é preciso não esquecer que não poucos eram os contemporâneos da Maioridade, algum da Regência, do primeiro reinado e da Constituinte. Tinham feito ou visto fazer a história dos tempos iniciais do regime, e eu era um adolescente espantado e curioso. Achava-lhes uma feição particular, metade militante, metade triunfante, um pouco de homens, outro pouco de instituição. Paralelamente, iam-se lembrando os apodos e chufas que a paixão política desferira contra alguns deles, e sentia que as figuras serenas e respeitáveis que ali estavam agora naquelas cadeiras estreitas não tiveram outrora o respeito dos outros, nem provavelmente a serenidade própria. E tirava-lhes as cãs e rugas, e fazia-os outra vez moços, árdegos e agitados. Comecei a aprender a parte do presente que há no passado, e vice-versa. Trazia comigo a *oligarquia*, o *golpe de Estado de 1848*, e outras notas da política em oposição ao domínio conservador, e ao ver os cabos deste partido, risonhos, familiares, gracejando entre si e com os outros, tomando juntos café e

rapé, perguntava a mim mesmo se eram eles que podiam fazer, desfazer e refazer os elementos e governar com mão de ferro este país.

Os senadores compareciam regularmente ao trabalho. Era raro não haver sessão por falta de *quorum*. Uma particularidade do tempo é que muitos vinham em carruagem própria, como Zacarias<sup>15</sup>, Monte Alegre<sup>16</sup>, Abrantes<sup>17</sup>, Caxias<sup>18</sup> e outros, começando pelo mais velho, que era o marquês de Itanhaém<sup>19</sup>. A idade deste o fazia menos assíduo, mas ainda assim era-o mais do que cabia esperar dele. Mal se podia apeiar do carro, e subir as escadas; arrastava os pés até a cadeira, que ficava do lado direito da mesa. Era seco e mirrado, usava cabeleira e trazia óculos fortes. Nas cerimônias de abertura e encerramento agravava o aspecto com a farda de senador. Se usasse barba, poderia disfarçar o chupado e engelhado dos tecidos, a cara rapada era o costume de outra quadra, que ainda existia na maioria do Senado. Uns, como Nabuco<sup>20</sup> e Zacarias, traziam a barba toda feita; outros deixavam pequenas suíças, como Abrantes e Paranhos<sup>21</sup>, ou, como Olinda<sup>22</sup> e Eusébio<sup>23</sup>, a barba em forma de colar; raros usavam bigodes, como Caxias e Montezuma<sup>24</sup>, – um Montezuma de segunda maneira.

A figura de Itanhaém era uma razão visível contra a vitaliciedade do Senado, mas é também certo que a vitaliciedade dava àquela casa uma consciência de duração perpétua, que parecia ler-se no rosto e no trato dos seus membros. Tinham um ar de família, que se dispersava durante a estação calmosa, para ir às águas e outras diversões, e que se reunia depois, em prazo certo, anos e anos. Alguns não tornavam mais, e outros novos apareciam; mas também nas famílias se morre e nasce. Dissentiam sempre, mas é próprio das famílias numerosas brigarem, fazerem as pazes e tornarem a brigar; parece até que é a melhor prova de estar dentro da humanidade. Já então se evocavam contra a vitaliciedade do Senado os princípios liberais, como se fizera antes. Algumas vozes, vibrantes cá fora, calavam-se lá dentro, é certo, mas o gérmen da reforma ia ficando, os programas o acolhiam, e, como em vários outros casos, os sucessos o fizeram lei.

Nenhum tumulto nas sessões. A atenção era grande e constante. Geralmente, as galerias não eram mui frequentadas, e, para o fim da hora, poucos espectadores ficavam, alguns dormiam. Naturalmente, a discussão do voto de graças e outras chamavam mais gente. Nabuco e algum outro dos principais da casa gozavam do privilégio de atrair grande auditório, quando se sabia que eles rompiam um debate ou respondiam a um discurso. Nestas ocasiões, mui excepcionalmente, eram admitidos ouvintes no próprio salão do Senado, como aliás era comum na Câmara temporária; como nesta, porém, os espectadores não intervinham com aplausos nas discussões. A presidência de Abaeté<sup>25</sup> redobrou a disciplina do regimento, porventura menos apertada no tempo da presidência de Cavalcanti<sup>26</sup>.

Não faltavam oradores. Uma só vez ouvi falar a Eusébio de Queirós, e a impressão que me deixou foi viva; era fluente, abundante, claro, sem prejuízo do vigor e da energia. Não foi discurso de ataque, mas de defesa, falou na qualidade de chefe do partido conservador, ou *papa*; Itaboraí<sup>27</sup>, Uruguai<sup>28</sup>, Saião Lobato<sup>29</sup> e outros eram *cardeais*, e todos formavam o *consistório*, segundo a célebre definição de Otaviano<sup>30</sup> do *Correio Mercantil*. Não reli o discurso, não teria agora tempo nem oportunidade de fazê-lo, mas estou que a impressão não haveria diminuído muito, posto que falte o efeito da própria voz do orador, que seduzia. A matéria era sobremodo ingrata: tratava-se de explicar e defender o acúmulo dos cargos públicos, acusação feita na imprensa da oposição. Era a tarde da oligarquia, o crepúsculo do domínio conservador. As eleições de 1860, na capital, deram o primeiro golpe na situação; se também deram o último, não sei; os partidos nunca se entenderam bem acerca das causas imediatas da própria queda ou subida, salvo no ponto de serem alternadamente a violação ou restauração da carta constitucional. Quaisquer que fossem, então, a verdade é que as eleições da capital naquele ano podem ser contadas como uma vitória liberal. Elas trouxeram à minha imaginação adolescente uma visão rara e especial do poder das urnas. Não cabe inseri-la aqui; não direi o movimento geral e o calor sincero dos votantes, incitados pelos artigos da imprensa e pelos discursos de Teófilo Otoni<sup>31</sup>, nem os lances, as cenas e brados de tais dias. Não me esqueceu a maior parte deles; ainda guardo a impressão que me deu um obscuro votante que veio ter com Otoni, perto da matriz do Sacramento. Otoni não o conhecia, nem sei se o tornou a ver. Ele chegou-se-lhe e mostrou-lhe um maço de cédulas, que acabava de tirar às escondidas da algibeira de um agente contrário. O riso que acompanhou esta notícia nunca mais se me apagou da memória. No meio das mais ardentes reivindicações deste mundo, alguma vez me despontou ao longe aquela boca sem nome, acaso verídica e honesta em tudo o mais da vida, que ali viera confessar candidamente, e sem outro prêmio pessoal, o fino roubo praticado. Não mofes dessa insistência pueril da minha memória; eu a tempo advirto que as mais claras águas podem levar de enxurro alguma palha podre, - se é que é podre, se é que é mesmo palha.

Eusébio de Queirós era justamente respeitado dos seus e dos contrários. Não tinha a figura esbelta de um Paranhos, mas ligava-se-lhe uma história particular e célebre, dessas que a crônica social e política de outros países escolhe e examina, mas que os nossos costumes, - aliás demasiado soltos na palestra, - não consentem inserir no escrito. De resto, pouco valeria repetir agora o que se divulgava então, não podendo pôr aqui a própria e extremada beleza da pessoa que as ruas e salas desta cidade viram tantas vezes. Era alta e robusta; não me ficaram outros pormenores.

O Senado contava raras sessões ardentes; muitas, porém, eram animadas. Zacarias fazia reviver o debate pelo sarcasmo e pela presteza e vigor dos golpes. Tinha a palavra cortante fina e rápida, com uns efeitos de sons naturais, que a tornavam mais penetrante e

irritante. Quando ele se erguia, era quase certo que faria deitar sangue a alguém. Chegou até a reputação de *debater*, como opositor, e como ministro e chefe de gabinete. Tinha audácias, como a da escolha “não acertada”, que a nenhum outro acudiria, creio eu. Politicamente, era uma natureza seca e sobranceira. Um livro que foi de seu uso, uma história de Clarendon<sup>32</sup> (*History of the rebellion and civil wars in England*), marcado em partes, a lápis encarnado, tem uma sublinha nas seguintes palavras (vol. I p. 44) atribuídas ao conde de Oxford<sup>33</sup>, em resposta ao duque de Buckingham<sup>34</sup>, “que não busca a sua amizade nem temia o seu ódio”. É arriscado ver sentimentos pessoais nas simples notas ou lembranças postas em livros de estudo, mas aqui parece que o espírito de Zacarias achou o seu parceiro. Particularmente, ao contrário, e desde que se inclinasse a alguém convidava fortemente a amá-lo; era lhano e simples, amigo e confiado. Pessoas que o frequentavam, dizem e afirmam que, sob as suas árvores da rua do Conde ou entre os seus livros, era um gosto ouvi-lo, e raro haverá esquecido a graça e a polidez dos seus obséquios. No Senado, sentava-se à esquerda da mesa, ao pé da janela, abaixo de Nabuco, com quem trocava os seus reparos e reflexões. Nabuco, outra das principais vozes do Senado, era especialmente orador para os debates solenes. Não tinha o sarcasmo agudo de Zacarias, nem o epigrama alegre de Cotegipe<sup>35</sup>. Era então o centro dos conservadores moderados que, com Olinda e Zacarias, fundaram a liga e os partidos progressista e liberal. Joaquim Nabuco, com a eloquência de escritor político e a afeição de filho, dirá toda essa história no livro que está consagrando à memória de seu ilustre pai. A palavra do velho Nabuco era modelada pelos oradores da tribuna liberal francesa. A minha impressão é que preparava os seus discursos, e a maneira por que os proferia realçava-lhes a matéria e a forma sólida e brilhante. Gostava das imagens literárias: uma dessas, a comparação do poder moderador à estátua de Glauco, fez então fortuna. O gesto não era vivo, como o de Zacarias, mas pausado, o busto cheio era tranquilo, e a voz adquiria uma sonoridade que habitualmente não tinha.

Mas eis que todas as figuras se atropelam na evocação comum, as de grande peso, como Uruguai, com as de pequeno ou nenhum peso, como o padre Vasconcelos<sup>36</sup>, senador creio que pela Paraíba, um bom homem que ali achei e morreu pouco depois. Outro, que se podia incluir nessa segunda categoria, era um de quem só me lembram duas circunstâncias, as longas barbas grisalhas e sérias, e a cautela e pontualidade com que não votava os artigos de uma lei sem ter os olhos pregados em Itaboraí. Era um modo de cumprir a fidelidade política e obedecer ao chefe, que herdara o bastão de Eusébio. Como o recinto era pequeno, viam-se todos esses gestos, e quase se ouviam todas as palavras particulares. E, conquanto fosse assim pequeno, nunca vi rir a Itaboraí, creio que os seus músculos dificilmente ririam – o contrário de S. Vicente, que ria com facilidade, um riso bom, mas que lhe não ia bem. Quaisquer que fossem, porém, as deselegâncias físicas do

senador por S. Paulo, e malgrado a palavra sem sonoridade, era ouvido com grande respeito, como Itaboraí. De Abrantes dizia-se que era um canário falando. Não sei até que ponto merece a definição; em verdade, achava-o fluente, acaso doce, e, para um povo mavioso como o nosso, a qualidade era preciosa; nem por isso Abrantes era popular. Também não o era Olinda, mas a autoridade deste sabe-se que era grande. Olinda aparecia-me envolvido na aurora remota do reinado, e na mais recente autora liberal ou “situação nascente”, mote de um dos chefes da liga, penso que Zacarias, que os conservadores glosaram por todos os feitios, na tribuna e na imprensa. Mas não deslizemos a reminiscências de outra ordem; fiquemos na surdez de Olinda, que competia com Beethoven nesta qualidade, menos musical que política. Não seria tão surdo. Quando tinha de responder a alguém, ia sentar-se ao pé do orador, e escutava atento, cara de mármore, sem dar um aparte, sem fazer um gesto, sem tomar uma nota. E a resposta vinha logo; tão depressa o adversário acabava, como ele principiava, e, ao que me ficou, lúcido e completo.

Um dia vi ali aparecer um homem alto, suíças e bigodes brancos e compridos. Era um dos remanescentes da Constituinte, nada menos que Montezuma, que voltava da Europa. Foi-me impossível reconhecer naquela cara barbada a cara rapada que eu conhecia da litografia de Sisson; pessoalmente nunca o vira. Era, muito mais que Olinda, um tipo de velhice robusta. Ao meu espírito de rapaz afigurava-se que ele trazia ainda os rumores e os gestos da assembleia de 1823. Era o mesmo homem; mas foi preciso ouvi-lo agora para sentir toda a veemência dos seus ataques de outrora. Foi preciso ouvir-lhe a ironia de hoje para entender a ironia daquela retificação que ele pôs ao texto de uma pergunta ao ministro do Império, na célebre sessão permanente de 11 a 12 de novembro: “Eu disse que o Sr. ministro do Império, por estar ao lado de Sua Majestade, melhor conhecerá o ‘espírito da tropa’, e um dos senhores secretários escreveu “o espírito de Sua Majestade”, quando não disse tal, *porque deste não duvido eu*”.

Agora o que eu mais ouvia dizer dele, além do talento, eram as suas infidelidades, e sobre isto corriam anedotas; mas eu nada tenho com anedotas políticas. Que se não pudesse fiar muito em seus carinhos parlamentares, creio. Uma vez, por exemplo, encheu a alma de Sousa Franco<sup>37</sup> de grandes aleluias. Querendo criticar o ministro da Fazenda (não me lembra quem era) começou por afirmar que nunca tivéramos ministros da Fazenda, mas tão-somente ministros do Tesouro. Encarecia com adjetivos: excelentes, ilustrados, conspícuos ministros do Tesouro, mas da Fazenda nenhum. “Um houve, Sr. presidente, que nos deu alguma coisa do que deve ser um ministro da Fazenda; foi o nobre senador pelo Pará”. E Sousa Franco sorria alegre, deleitava-se com a exceção, que devia doer ao seu forte rival em finanças, Itaboraí; não passou muito tempo que não perdesse o gosto. De outra vez, Montezuma atacava a Souza Franco, e este novamente sorria, mas agora a expressão não era alegre, parecia rir-se de desdém. Montezuma empina o busto, encara-o

irritado, e com a voz e o gesto intima-lhe que recolha o riso; e passa a demonstrar as suas críticas, uma por uma, com esta espécie de estribilho: “Recolha o riso o nobre senador!” Tudo isto aceso e torvo. Sousa Franco quis resistir; mas o riso recolheu-se por si mesmo. Era então um homem magro e cansado. Gozava ainda agora a popularidade ganha na Câmara dos Deputados, anos antes, pela campanha que sustentou, sozinho e parece que enfermo, contra o partido conservador.

Contrastando com Sousa Franco, vinha a figura de Paranhos, alta e forte. Não é preciso dizê-lo a uma geração que o conheceu e admirou, ainda belo e robusto na velhice. Nem é preciso lembrar que era uma das primeiras vozes do Senado. Eu trazia de cor as palavras que alguém me confiou haver dito, quando ele era simples estudante da Escola Central: “Sr. Paranhos, você ainda há de ser ministro”. O estudante respondia modestamente, sorrindo; mas o profeta dos seus destinos tinha apanhado bem o valor e a direção da alma do moço.

Muitas recordações me vieram do Paranhos de então, discursos de ataque, discursos de defesa, mas, uma basta, a justificação do convênio de 20 de novembro. A notícia deste ato entrou no Rio de Janeiro, como as outras desse tempo, em que não havia telégrafo. Os sucessos do exterior chegavam-nos às braçadas, por atacado, e uma batalha, uma conspiração, um ato diplomático eram conhecidos com todos os seus pormenores. Por um paquete do sul soubemos do convênio da vila da União. O pacto foi mal recebido, fez-se uma manifestação de rua, e um grupo de populares, com três ou quatro chefes à frente, foi pedir ao governo a demissão do plenipotenciário. Paranhos foi demitido, e, aberta a sessão parlamentar, cuidou de produzir sua defesa.

Tornei a ver aquele dia, e ainda agora me parece vê-lo. Galerias e tribunas estavam cheias de gente; ao salão do Senado foram admitidos muitos homens políticos ou simplesmente curiosos. Era uma hora da tarde quando o presidente deu a palavra ao senador por Mato Grosso; começava a discussão do voto de graças. Paranhos costumava falar com moderação e pausa; firmava os dedos, erguia-os para o gesto lento e sóbrio, ou então para chamar os punhos da camisa, e a voz ia saindo meditada e colorida. Naquele dia, porém, a ânsia de produzir a defesa era tal, que as primeiras palavras foram antes bradadas que ditas: “Não a vaidade, Sr. Presidente...” Daí a um instante, a voz tornava ao diapasão habitual, e o discurso continuou como nos outros dias. Eram nove horas da noite, quando ele acabou; estava como no princípio, nenhum sinal de fadiga nele nem no auditório, que o aplaudiu. Foi uma das mais fundas impressões que me deixou a eloquência parlamentar. A agitação passara com os sucessos, a defesa estava feita. Anos depois do ataque, essa mesma cidade aclamava o autor da lei de 28 de setembro de 1871, como uma glória nacional; e ainda depois, quando ele tornou da Europa, foi recebê-lo e conduzi-lo até à casa. Ao clarão de um belo sol, rubro de comoção, levado pelo entusiasmo público,

Paranhos seguia as mesmas ruas que, anos antes, voltando do Sul, pisara sozinho e condenado.

A visão do Senado foi-se assim alterando nos gestos e nas pessoas, como nos dias, e sempre remota e velha: era o Senado daqueles três anos. Outras figuras vieram vindo. Além dos cardeais, os Muritibas<sup>38</sup>, os Sousa e Melos<sup>39</sup>, vinham os de menor graduação política, o risonho Pena<sup>40</sup>, zeloso e miúdo em seus discursos, o Jobim<sup>41</sup>, que falava algumas vezes, o Ribeiro<sup>42</sup>, do Rio Grande do Sul, que não falava nunca, - não me lembra, ao menos. Este, filósofo e filólogo, tinha junto a si, no tapete, encostado ao pé da cadeira, um exemplar do dicionário de Moraes. Era comum vê-lo consultar um e outro tomo, no correr de um debate, quando ouvia algum vocábulo, que lhe parecia de incerta origem ou duvidosa aceitação. Em contraste com a abstenção dele, eis aqui outro, Silveira da Mota<sup>43</sup>, assíduo na tribuna, opositorista por temperamento, e este outro, D. Manuel de Assis Mascarenhas<sup>44</sup>, bom exemplo da geração que acabava. Era um homenzinho seco e baixo, cara lisa, cabelo raro e branco, tenaz, um tanto impertinente, creio que desligado de partidos. Da sua tenacidade dará ideia o que lhe vi fazer em relação a um projeto de subvenção ao teatro lírico, por meio de loterias. Não era novo; continuava o de anos anteriores. D. Manuel opunha-se - por todos os meios à passagem dele, e fazia extensos discursos. A mesa, para acabar com o projeto, já o incluía entre os primeiros na ordem do dia, mas nem assim desanimava o senador. Um dia foi ele colocado antes de nenhum, D. Manuel pediu a palavra, e francamente declarou que era seu intuito falar toda a sessão; portanto, aqueles de seus colegas que tivessem algum negócio estranho e fora do Senado podiam retirar-se: não se discutiria mais nada. E falou até o fim da hora, consultando a miúdo o relógio para ver o tempo que lhe ia faltando. Naturalmente não haveria muito que dizer em tão escassa matéria, mas a resolução do orador e a liberdade do regimento davam-lhe meio de compor o discurso. Daí nascia uma infinidade de episódios, reminiscências, argumentos e explicações; por exemplo, não era recente a sua aversão às loterias, vinha do tempo em que, andando a viajar, foi ter a Hamburgo; ali ofereceram-lhe com tanta instância um bilhete de loteria, que ele foi obrigado a comprar, e o bilhete saiu branco. Esta anedota era contada com todas as minúcias necessárias para ampliá-la. Uma parte do tempo falou sentado, e acabou diante da mesa e três ou quatro colegas. Mas, imitando assim Catão, que também falou o dia inteiro para impedir uma petição de César, foi menos feliz que o seu colega romano. César retirou a petição, e aqui as loterias passaram, não me lembra se por fadiga ou omissão de D. Manuel; anuência é que não podia ser. Tais eram os costumes do tempo.

E após ele vieram outros, e ainda outros, Sapucaí<sup>45</sup>, Maranguape<sup>46</sup>, Itaúna<sup>47</sup>, e outros mais, até que se confundiram todos e desapareceu tudo, coisas e pessoas, como



sucede às visões. Pareceu-me vê-los enfiar por um corredor escuro, cuja porta era fechada por um homem de capa preta, meias de seda preta, calções pretos e sapatos de fivela. Este era nada menos que o próprio porteiro do Senado, vestido segundo as praxes do tempo, nos dias de abertura e encerramento da assembleia geral. Quanta coisa obsoleta! Alguém ainda quis obstar à ação do porteiro, mas tinha o gesto tão cansado e vagaroso que não alcançou nada; aquele deu volta à chave, envolveu-se na capa, saiu por uma das janelas e esvaiu-se no ar, a caminho de algum cemitério, provavelmente. Se valesse a pena saber o nome do cemitério, iria eu catá-lo, mas não vale; todos os cemitérios se parecem.

---

<sup>1</sup> “O Velho Senado” foi extraído da *Revista Brasileira*, tomo XIV, p.257-271, abr./jun.1898. A ortografia do texto foi atualizada, bem como a dos nomes próprios, sendo mantida a pontuação original. A *Revista Brasileira* integra a Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: [HTTP://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx](http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx)

<sup>2</sup> Sébastien Auguste Sisson (Alsácia, 2.5.1824 – Rio de Janeiro, 8.2.1898), impressor, litógrafo, caricaturista e editor de origem francesa. Chegou ao Brasil em meados de 1852 e estabeleceu seu ateliê na cidade do Rio de Janeiro, em 1855. Dois de seus trabalhos ganharam destaque: *Álbum do Rio de Janeiro Moderno*, com doze cromolitografias de cenários do Rio de Janeiro, e *Galeria dos Brasileiros Ilustres* (1859-1861), obra em dois volumes, redigida em fascículos a partir de 1857, com 90 retratos de personalidades históricas do Brasil, acompanhados de suas respectivas biografias e assinaturas.

<sup>3</sup> Quintino Antônio Ferreira de Sousa (Rio de Janeiro, 4.12.1836 – Rio de Janeiro, 11.6.1912), jornalista, dramaturgo, Senador Constituinte (12.12.1890 a 29.12.1891), Senador pelo Rio de Janeiro de 8.9.1892 a 29.12.1899 e de 1909 a 1912, Ministro das Relações Exteriores (1889 a 1891) e Ministro Interino da Agricultura (1889) do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca.

<sup>4</sup> Hippolyte Taine (Vouziers, Champanha-Ardenas, 21.4.1828 – Paris, 5.3.1893), crítico e historiador francês, membro da Academia Francesa, um dos expoentes do Positivismo do século XIX, na França.

<sup>5</sup> Prosper Mérimée (Paris, 28.9.1803 – Cannes, 23.9.1870), historiador, arqueólogo e escritor romântico francês, célebre pela novela *Carmen* (1845).

<sup>6</sup> Paul-Armand Challemel-Lacour (Avranches, 19.5.1827 – Paris, 26.10.1896), parlamentar francês, presidente do Senado na 3ª. República, de 1893 a 1896.

<sup>7</sup> Francisco de Paula Brito (Rio de Janeiro, 2.12.1809 – Rio de Janeiro, 5.12.1861), editor, jornalista, escritor, poeta, dramaturgo, tradutor, diretor dos periódicos *A Mulher de Simplicio* (1832) e *A Marmota na Corte* (1849), e fundador da famosa “Sociedade Petalógica”.

<sup>8</sup> Joaquim Saldanha Marinho (Olinda, 4.5.1816 – Rio de Janeiro, 27.5.1895), jornalista e político brasileiro. Como jornalista, usou o pseudônimo Ganganelli.

<sup>9</sup> Henrique César Muzzio (Rio de Janeiro, 1831 – Paris, 1874), médico, poeta, crítico literário, oficial intérprete e arquivista do conselho naval, secretário do mesmo conselho, secretário do governo de Minas Gerais.

<sup>10</sup> Bernardo Joaquim da Silva Guimarães (Ouro Preto, 15.8.1825 – Ouro Preto, 10.3.1884), romancista e poeta brasileiro, autor, entre outras, das obras *O Ermitão de Muquém* (1869), *A Escrava Isaura* (1875), *Maurício ou Os Paulistas em São João del-Rei* (1877).

<sup>11</sup> Pedro Luís Pereira de Sousa (Rio de Janeiro, 1839 – São Paulo, 1884), poeta, advogado, funcionário público, jornalista. É autor, entre outros, dos poemas “Terribilis Dea”, Impressões do Combate de Riachuelo (1860) e *Os Voluntários da Morte*, canto épico, dedicado à Polônia (1864).

<sup>12</sup> João Lustosa da Cunha Paranaguá, 2º. Visconde e 2º. Marquês de Paranaguá (Nossa Senhora do Livramento de Paranaguá, PI, 21.8.1821 – Rio de Janeiro, 9.2.1912). Senador de 9.5.1865 a 15.11.1889, pelo Piauí.

<sup>13</sup> João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Visconde de Sinimbu (São Miguel Dos Campos, AL, 20.11.1810 – Rio de Janeiro, 27.12.1907). Senador de 15.5.1858 a 15.11.1889, por Alagoas.

<sup>14</sup> Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto (Ouro Preto, 2.2.1837 – Rio de Janeiro, 21.2.1912). Senador de 26.4.1879 a 15.11.1889, por Minas Gerais.

<sup>15</sup> Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. (Valença, RJ, 5.11.185 – Rio de Janeiro, 29.12.1877). Senador de 16.2.1864 a 28.12.1877, pela Bahia.

- <sup>16</sup> José da Costa Carvalho, Visconde e Marquês de Monte Alegre. (Salvador, 7.2.1796 – São Paulo, 18.9.1860). Senador (4.5.1839 a 18.9.1860), por Sergipe.
- <sup>17</sup> Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de Abrantes (Santo Amaro, BA, 23.10.1796 – Rio de Janeiro, 13.9.1865). Senador de 28.7.1840 a 13.9.1865, pelo Ceará.
- <sup>18</sup> Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. (Porto da Estrela, RJ, 25.8.1803 – Valença, RJ, 7.5.1880). Senador de 11.5.1846 a 7.5.1880, pelo Rio Grande do Sul.
- <sup>19</sup> Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, Marquês de Itanhaém (Rio de Janeiro, 5.5.1782 – Rio de Janeiro, 17.8.1867). Senador de 30.12.1844 a 17.8.1867, por Minas Gerais.
- <sup>20</sup> José Tomás Nabuco de Araújo. (Freguesia de São Pedro Velho, Salvador, BA, 14.8.1813 - Rio de Janeiro, 19.3.1878). Senador de 1.6.1858 a 19.3.1878, pela Bahia.
- <sup>21</sup> José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (Salvador, 16.3.1819 – Rio de Janeiro, 1.11.1880). Senador de 5.5.1863 a 1.11.1880, por Mato Grosso.
- <sup>22</sup> Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda. (Sirinhaém, PE, 22.12.1793 – Rio de Janeiro, 7.6.1870). Senador de 6.9.1837 a 7.6.1870, por Pernambuco.
- <sup>23</sup> Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara. (São Paulo de Luanda, Angola, 27.12.1812 – Rio de Janeiro, 7.5.1868). Senador de 22.5.1854 a 7.5.1868, pelo Rio de Janeiro.
- <sup>24</sup> Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha. (Salvador, 23.3.1794 – Rio de Janeiro, 15.2.1870). Senador de 6.5.1851 a 15.2.1870, pela Bahia.
- <sup>25</sup> Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté. (Lisboa, 22.9.1789 – Rio de Janeiro, 14.9.1883). Senador de 28.4.1848 a 14.9.1883, por Minas Gerais.
- <sup>26</sup> Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda, Barão de Pirapama. (Engenho Grajaú, PE, 6.9.1799 – Niterói, 11.3.1882). Senador de 18.4.1850 a 11.3.1882, por Pernambuco.
- <sup>27</sup> Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí. (São João de Itaboraí, RJ, 13.12.1802 – Rio de Janeiro, 8.1.1872). Senador de 6.5.1844 a 8.1.1872, pelo Rio de Janeiro.
- <sup>28</sup> Paulino José Soares de Sousa, Visconde de Uruguai. (Paris, 4.10.1807 – Rio de Janeiro, 15.7.1866). Senador de 29.8.1849 a 15.7.1866, pelo Rio de Janeiro.
- <sup>29</sup> Francisco de Paula Negreiros de Saião Lobato, Visconde de Niterói. (Rio de Janeiro, 25.5.1815 – Rio de Janeiro, 14.7.1884). Senador de 8.6.1869 a 14.7.1884, pelo Rio de Janeiro.
- <sup>30</sup> Francisco Otaviano de Almeida Rosa (Rio de Janeiro, 26.6.1825 – Rio de Janeiro, 28.6.1889), advogado, jornalista, diplomata, político e poeta.
- <sup>31</sup> Teófilo Benedito Otoni. (Vila do Príncipe, MG, 27.11.1807 – Rio de Janeiro, 17.10.1869). Senador de 18.1.1864 a 17.10.1869, por Minas Gerais.
- <sup>32</sup> Edward Hyde, 1º. Conde de Clarendon (Dinton, Wiltshire, 1609 – Rouen, 1674), estadista inglês, historiador e avô materno de duas monarcas, a escocesa Queen Mary II e a inglesa Queen Anne.
- <sup>33</sup> Edward de Vere, 17º. Conde de Oxford (Reino Unido, 12.4.1550 – Reino Unido, 24.6.1604), nobre inglês, poeta, dramaturgo e cortesão no Período Elisabetano.
- <sup>34</sup> George Villiers, 1º. Duque de Buckingham (Leicestershire, 28.8.1592 – Portsmouth, 23.8.1628), estadista inglês, figura controversa que Alexandre Dumas irá descrever em *Os Três Mosqueteiros* (1844).
- <sup>35</sup> João Maurício Vanderlei, Barão de Cotegipe. (São Francisco de Chagas da Barra do Rio Grande, Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, 23.10.1815 – Rio de Janeiro, 13.2.1889) Senador de 9.5.1856 a 13.2.1889, pela Bahia.
- <sup>36</sup> Padre Antônio da Cunha Vasconcelos. Senador de 18.5.1836 a 25.5.1868, pela Paraíba.
- <sup>37</sup> Bernardo de Sousa Franco, Visconde de Sousa Franco. (Belém, PA, 28.6.1805 – Rio de Janeiro, 8.5.1875) Senador de 12.6.1855 a 8.5.1875, pelo Pará.
- <sup>38</sup> Manuel Viera Tosta, Barão, 1º. Barão, 1º. Visconde e 1º. Marquês de Muritiba. (Cachoeira, BA, 12.7.1807 – Rio de Janeiro, 22.2.1896) Senador de 6.5.1851 a 15.11.1889, pela Bahia.
- <sup>39</sup> Manuel Felizardo de Souza e Melo. (Campo Grande, RJ, 5.12.1806 – Rio de Janeiro, 16.8.1866). Senador de 29.12.1849 a 16.8.1866, pelo Rio de Janeiro.
- <sup>40</sup> Herculano Ferreira Pena (Serro, MG, 1811 – Rio de Janeiro, 27.9.1867) Senador de 2.5.1855 a 27.9.1867, pelo Amazonas.
- <sup>41</sup> José Martins da Cruz Jobim. (Rio Pardo, RS, 26.2.1802 – Rio de Janeiro, 23.8.1878) Senador de 6.5.1851 a 23.8.1878, pelo Espírito Santo.
- <sup>42</sup> José de Araújo Ribeiro, Barão e Visconde do Rio Grande. (Barra do Ribeiro, RS, 20.7.1800 – Barra do Ribeiro, 21.7.1879) Senador de 29.2.1849 a 21.7.1879, pelo Rio Grande do Sul.
- <sup>43</sup> José Inácio Silveira Mota (Goiás, 15.2.1807 – Quissamã, GO, 16.10.1893) Senador de 8.5.1855 a 15.11.1889, por Goiás.
- <sup>44</sup> Manuel de Assis Mascarenhas (Goiás Velho, 8.8.1805 - 30.1.1867). Senador pelo Rio Grande do Norte de 17.5.1850 a 30.1.1867.

---

<sup>45</sup> Cândido José de Araújo Viana, Marquês de Sapucaí. (Nova Lima, MG, 15.9.1793 – Rio de Janeiro, 23.1.1875). Presidente do Senado de 4.1.1851 a 7.5.1854.

<sup>46</sup> Caetano Maria Lopes Gama, Visconde de Maranguape. (Recife, 5.8.1789 – Rio de Janeiro, 21.6.1864). Senador de 4.5.1839 a 21.6.1864, pelo Rio de Janeiro.

<sup>47</sup> Cândido Borges Monteiro, Barão e Visconde de Itaúna. (Rio de Janeiro, 12.10.1812 – Rio de Janeiro, 25.8.1872). Senador de 1.5.1857 a 25.8.1872, pelo Rio de Janeiro.